

AS LEIS DE MERCADO E O DIRECIONAMENTO DA EDUCAÇÃO

Luiz Felipe Cândido de Oliveira¹

Resumo

O desenvolvimento do presente estudo tem por objetivo analisar a educação como instrumento de estratificação social, além de estudar o fenômeno do dualismo que permeia o ensino no Brasil, pesquisando os impactos do Neoliberalismo e dos poderes político e econômico na organização didático pedagógica da escola, na escolha dos conteúdos e formação curricular. Não se pode ensinar “tudo”, então, são escolhidos determinados conjuntos de saberes que necessariamente expressam um conjunto de crenças e valores que são considerados necessários e úteis para a vida em sociedade, estas escolhas não são politicamente nem ideologicamente neutras, pois expressam os valores de um determinado grupo social. Por um lado, alguns defendem uma educação que se impõe “de fora”, e implica uma pedagogia da disciplina, onde não se consultam os interesses sociais, e sim os econômicos, e se verifica nas sociedades onde a mobilidade social no sentido vertical é baixa ou inexistente, e que concorre, consciente ou inconscientemente para a manutenção do *status quo*. De outro lado, existem os que defendem uma educação que promova o desenvolvimento de suas potencialidades físicas e intelectuais, onde os princípios da autoridade e da disciplina rígida são substituídos pelos princípios da liberdade e do interesse.

Palavras-chave: ensino; estado; cidadania; desigualdade; liberdade; justiça social.

Abstract

The development of the present study aims to analyze education as an instrument of social stratification, besides studying the phenomenon of dualism that permeates education in Brazil, researching the impacts of Neoliberalism and political and economic powers in the pedagogical didactic organization of the school, in the content choice and curricular training. One can not teach "everything," then a certain set of knowledge is chosen that necessarily expresses a set of beliefs and values that are considered necessary and useful for life in society, these choices are not politically neutral because they express

¹ Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Assessor da Reitoria e Professor do Centro Universitário de Goiás - Uni-ANHANGUERA. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa Pensamento Educacional Brasileiro – GEPPEB – PUC Goiás. luizfelipe@anhanguera.edu.br

the values of a Certain social group. If on the one hand some defend an education that imposes itself "from outside", and implies a pedagogy of the discipline, where the social interests are not consulted, but only the economic ones, and it is verified in the societies where the social mobility in the vertical direction is low or inexistent, and that competes, consciously or unconsciously for the maintenance of the *status quo*. And on the other side, there are those who advocate an education that promotes the development of their physical and intellectual potentialities, where the principles of authority and rigid discipline are replaced by the principles of freedom and interest.

Keywords: teaching; state; citizenship; inequality; freedom; social justice.

Introdução

O surgimento do Capitalismo e do Liberalismo clássico se deu simultaneamente, nos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra, no contexto da Revolução Industrial apoiando-se no racionalismo desenvolvido pela filosofia Iluminista, e foi interpretado como uma reação aos poderes monárquicos, aristocráticos, morais e religiosos, fundados nas concepções cristãs tradicionais de sociedade, justiça e lei natural (LENOYR, 2016, p.03). O Liberalismo, associado ao capitalismo, é fundado no direito à propriedade privada e à liberdade individual que se expressa nas atividades práticas da vida econômica: livre iniciativa (iniciativa privada), livre comércio, liberdade de empreender, de vender e comprar os meios, serviços, bens de produção, a força de trabalho, e, principalmente, de consumir segundo suas próprias opções individuais.

Para a corrente teórica clássica do Liberalismo de Adam Smith e John Maynard Keynes, sua finalidade é a satisfação das necessidades humanas e o mercado livre (livre mercado) sem interferência do estado é considerado seu melhor instrumento.

Estas teorias Liberais atingiram a todos os setores da vida social transformando o mundo para tal qual o conhecemos hoje, e continuam influenciando muitas ideias, havendo uma especial conexão com os atuais fundamentos e orientações de nossos sistemas de educação, das diretrizes curriculares e das disciplinas.

A educação constitui-se desde então necessária e passa a ter um *locus* específico, a escola. Alves (2001, p.146) ao estudar a escola pública, afirma que “o processo de produção material dessa instituição é o elemento revelador de sua natureza e das funções sociais que vem assumindo historicamente”, absorvendo as funções vinculadas ao atendimento das novas necessidades sociais produzidas, por exemplo, por inovações no estado da técnica, pelo desemprego, pela inserção da mulher no mercado de trabalho dentre outras decorrentes de novas práticas derivadas das denominadas políticas econômicas (neo)liberais, que tiveram como resultado uma progressiva redução do conhecimento sistemático transmitido através do currículo, substituindo a função pedagógica de disseminação da cultura, formação do homem para a sociedade e para a compreensão de si mesmo em direitos e deveres, para a função de mera provedora de mão de obra para o mercado de trabalho, e o acolhimento e integração social, afim de atender missões de assistência e amparo social.

Busca-se, então, outro tipo de escola, abrindo espaços e tempos que venham atender às necessidades básicas de aprendizagem (reduzidas, como veremos adiante, a necessidades mínimas), tomadas como eixo do desenvolvimento humano. (LIBÂNEO, 2012, p. 17)

A escola como local de ações socioeducativas visa o atendimento individualizado às desigualdades sociais e à integração social pela atenção às diferenças psicológicas de ritmo de aprendizagem através da flexibilização de critérios avaliativos intitulada educação inclusiva, desprovida de caráter cognitivo e desvinculada do acesso às formas superiores de pensamento.

Pierre Bourdieu afirma que a escola cumpre objetivamente as funções de reprodução das desigualdades e conservação das classes sociais. Bourdieu (1999, p.41) explica que a escola “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”.

O nível cultural dos pais e dos avós, além de seu posicionamento profissional e origem social interferem no êxito e no desempenho escolar dos alunos, assim vantagens e desvantagens sociais são transformadas em

vantagens e desvantagens escolares, as desigualdades sociais levam a desigualdades culturais e estas àquelas.

Ao tratar todos os alunos como iguais em direitos e deveres, a escola admite as desigualdades culturais e “[...] consegue tão mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons e méritos” (BOURDIEU, 1975, p.218), e assim dita igualdade formal disfarça as desigualdades reais e conserva os valores basilares da ordem social dominante, além de preparar o indivíduo para aceitar como natural esta sujeição sociocultural.

Pérez Gomez (1998, p.26) afirma, assim como Bourdieu, que a escola exerce função de conservação social e reprodução cultural, contudo acredita que em um espaço de resistência onde haja autonomia para produzir transformações através da função educativa da escola, onde os alunos possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação e todo tipo de relação com o conhecimento que estimule a comparação, crítica, iniciação e criação.

Dermeval Saviani (1980, p. 51) afirma que a função social das instituições escolares é “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações [...]. Portanto, o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, sua promoção”. Conhecer a sua situação e poder intervir transformando-a, além de ampliar sua participação na sociedade, educando para a sobrevivência, liberdade e comunicação.

Afirma Saviani (1983, p.35) que a escola é um instrumento de reprodução das relações na sociedade capitalista e assim necessariamente reproduz a dominação e a exploração, e que para superar esta situação deve-se garantir aos educadores uma sólida formação teórica e grande reflexão filosófica.

Saviani organiza o Método da Prática Social em que incentiva:

[...] a atividade e a iniciativa dos aluno sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerá o diálogo dos alunos entre sí e com o professor, mas sem deixar de

valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levará em conta os interesses dos alunos, o ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 1983, p.72)

A tendência conservadora e reprodutora da escola inserida em uma sociedade fundada no capital e dividida por diferentes interesses, poderia ser modificada ao garantir a todos o acesso ao conhecimento acumulado historicamente, contudo ao revés, desenvolve-se na escola um pensamento reflexivo não associado ao pensamento social crítico, o que constitui uma técnica que prepara pessoas para a adesão aos valores estabelecidos pelo liberalismo, e indispensáveis a operacionalização do mercado de trabalho.

“É preciso conduzir os homens de modo tal que eles tenham o sentimento, não de serem conduzidos, mas de viver segundo seu caráter e seu livre arbítrio” (SPINOZA, 2013, p.231).

A escola passa a ter o papel de realizar uma manipulação psicológica da intimidade individual dos alunos, que além de ocultar as condições sociais reais, cria através de suas mediações didático pedagógicas, condições de aceitação e adaptabilidade as situações de mudanças e exigências do poder econômico. O objetivo é fazer com que o sujeito tenha consciência de suas ações, mas que ignore as causas que as determinam.

As instituições de ensino possuem mecanismos que efetivam a modelagem disciplinar do homem, Foucault (2014, p.126) explica que esses mecanismos permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade e utilidade que são as chamadas disciplinas.

O corpo humano entra em numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política” que é também igualmente uma mecânica do poder, está nascendo; (...) A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Na sociedade regida pelas regras do mercado, o conhecimento é o elemento que uma vez introduzido, modifica toda sua dinâmica. A educação torna-se condição para o funcionamento desta sociedade. Doravante o homem social seria “produzido” pela educação, passando a ser um produto desta “disciplina”, o Capital Humano, criado por ela a partir de uma técnica de domínio que o constitui como elemento de relação entre o saber e sua liberdade.

“O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ de sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama disciplina.” (FOUCAULT, 2014, p.189)

A disciplina, afirma Michel Foucault (2014, p. 208), é uma “anatomopolítica”, uma técnica de poder sobre o corpo para que não apenas faça o que se quer, mas que se comporte como se quer. As disciplinas aumentam as forças do corpo em termos econômicos e de utilidade, e diminuem suas forças em termos políticos de obediência, formando o indivíduo ideal ao sistema de produção.

Assim a educação, para muito além do ensino torna-se condição *sine qua non* de existência das sociedades, e é a maneira mais poderosa para inculcar e exercitar o poder, sob o pretexto do aprimoramento e formação de pessoas úteis a sociedade, cria e recria os sujeitos do Capital Humano, ideais à evolução da sociedade e ao desenvolvimento sociopolítico pretendido.

A educação consiste em favorecer o desenvolvimento tão completo quanto possível das aptidões de cada pessoa, ao mesmo tempo como indivíduo e como membro de uma sociedade regido pela solidariedade. A educação é inseparável da evolução social; constitui uma das forças que a determinam. (MONTEIRO, 2006, p.90)

Todas estas afirmações nos remetem a questão do desenvolvimento humano, da evolução social, e da modelagem disciplinar, assim entendida como o conceito que faz com que a educação seja voltada para a criação de um indivíduo que se enquadre nos moldes da conjuntura em que se insere, seja ele quem for, ou qual seja o período histórico.

A educação no contexto neoliberal

O Neoliberalismo surgiu da insuficiência do princípio Liberal basilar do *Laissez Faire*, que na tradução literal significa: deixem que o façam, uma referência a livre atividade dos indivíduos, o livre mercado sem regulações do estado, onde os empresários, comerciantes e trabalhadores, inspirados pela mesma lei psicológica da busca do interesse próprio, alcançariam naturalmente o funcionamento harmônico do mercado e do sistema liberal.

O Neoliberalismo combina a intervenção do Estado com uma concepção de mercado centrada na concorrência, na competição entre os indivíduos. O pensamento Liberal altera do modelo da divisão do trabalho para o da concorrência, um processo de seleção sob a ótica da eficiência Neoliberal em que os seres humanos são percebidos de modo utilitarista, enquanto Capital Humano.

Em consequência, nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990: Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social; Reconhecendo que o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento; Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível; Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; e Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a

amplitude e a complexidade do desafio, proclamamos a seguinte: Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (UNICEF, 1990).

A realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos no ano de 1990, em Jomtien na Tailândia, seguida das Conferências de Nova Delhi na Índia em 1993, e de Dacar no Senegal no ano 2000, e a assinatura da Declaração Mundial de Educação para Todos, e todos demais documentos originados destas conferências vem se constituindo como principal referência para a elaboração de políticas educacionais dos países signatários, gerando os primeiros impactos do utilitarismo e das Teorias Neoliberais na educação, que segundo Libâneo (2016, p.05), sofreria um esvaziamento teórico político, acompanhado de propostas de melhoria das formas didáticas existentes pelo fortalecimento da gestão e introdução do uso de tecnologias, acrescidas das Teorias da Responsabilização e Avaliações Externas, uma nova versão do tecnicismo de Saviani, com a organização do trabalho pedagógico da escola elaboradas a partir de teorias requentadas que visam introduzir melhorias na escola tradicional através da escola nova, do tecnicismo, ou por uma combinação delas.

O saber é a partir de então válido apenas em função dos critérios de empregabilidade e rentabilidade, e a escola Neoliberal enfoca o desenvolvimento das habilidades instrumentais e comportamentais úteis a economia de mercado.

Os sistemas de ensino atuais que são regidos como “empresa de serviços” que devem funcionar segundo as regras econômicas do mercado: competitividade, desregulamentação e privatização, descentralização com controle elevado (imputabilidade, responsabilidade, prestação de contas), redução das despesas públicas e dos custos por aluno, gestão racionalizada dos meios educativos, rendimento, performance, eficiência, flexibilidade e adaptabilidade e mercantilização do saber. (LENOYR, 2014, p.21)

Na educação da lógica Neoliberal predomina a formação do aluno enquanto capital humano, e assim a escola deve aderir aos princípios da

concorrência, reatividade, responsabilidade e outros necessários ao desenvolvimento dos mercados e da economia. Retomam teoricamente a filosofia Pragmatista em níveis diferenciados de exigência tecnológica e de controle social, mecanismos jamais imaginados por Dewey, e lhe dão o nome de inovação educacional.

Os novos critérios de qualidade da educação decorrem de orientações de organismos internacionais e contradizem uma visão emancipatória dos processos educacionais, pois estes se subordinam à lógica do mercado e aos interesses da globalização do capital. (LENOYR, 2016, p.04)

Com a internacionalização das políticas para a educação, a atuação das grandes corporações empresariais se dá no sentido de implementar uma visão da educação como subsistema do aparato produtivo, definindo os objetivos da escola a partir de necessidades de mão de obra, subordinando as políticas educacionais às regras do mercado de trabalho.

A pesquisa realizada sobre o movimento Todos pela Educação, por exemplo, demonstrou que se trata de uma pessoa jurídica de direito privado, que se constituiu genericamente como uma Associação, e especificamente do tipo OSCIP – Organização Civil de Interesse Público, que tem como membros, algumas das maiores empresas e organizações econômicas do Brasil.

Conselho de Fundadores: Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A); Daniel Feffer (Suzano Holding S.A); Danilo Santos de Miranda (Sesc); Fernão Bracher (Itaú); Jayme Sirotsky (Grupo RBS); Luiz Paulo Montenegro (IBOPE); Milú Villela (Itaú); Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna); Wanda Engel Aduan (BID); Denise Aguiar Alvarez (Bradesco); Ana Amélia Inoue (Instituto Natura); Ana Maria dos Santos Diniz (Pão de Açúcar/Extra); Antônio Cesar Russi Callegari (FDE); Antônio Jacinto Matias (Itaú); Beatriz Johannpeter (Gerdau); Fábio Colleti Barbosa (Santander); Fernando Luiz Abrucio (FGV); Jair Ribeiro da Silva Neto (Bando Indusval S/A); Jefferson Ricardo Romon (Bradesco); José Francisco Soares (Inep); José Roberto Marinho (Globo); Luciano Dias Monteiro (UNESCO); Luís Norberto Pascoal (DPascoal); Mozart Neves Ramos (Instituto Ayrton Senna); Paulo Sérgio Kakinoff (GOL); Ricardo Manuel dos Santos Henriques (Unibanco); Rodolfo Villela Marino (Itaú). (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2017).

O Movimento Todos pela Educação de natureza articuladora, promove e participa ativamente de congressos nacionais e internacionais, de grupos de assessoramento, com o intuito de formular e de apresentar a sociedade e ao poder político constituído, propostas de políticas públicas para a educação, influenciando assim nas decisões sobre a elaboração dos projetos de regulamentação da educação, pela participação ativa na criação de comissões de discussão, grupos de assessoramento e de trabalho, que intervêm direta ou indiretamente no direcionamento dos fundos e dos investimentos, na formação e carreira do professor, na definição dos direitos de aprendizagem, na utilização sistemática das avaliações externas na gestão educacional, e no aperfeiçoamento do modelo governança empresarial na educação.

Conclusão

Apresentar a educação como necessidade e reduzi-la a um simples imperativo natural (necessidades básicas), mitiga seu caráter cultural relativo ao pensamento, a linguagem, a inteligência, aos saberes e as formas superiores de pensamento. A educação deixa de ser, assim, um assunto da cultura para ser um serviço desprovido de crítica e de história, reduzindo seu papel à aquisição de habilidades e competências de aprendizagem suficientes para suprir de mão de obra o mercado de trabalho, dessa forma, as políticas internacionais das Conferências Todos pela Educação para o ensino em países pobres, assume duas características pedagógicas: atendimento a necessidades mínimas de aprendizagem e espaço de convivência e acolhimento social. Cria-se a partir de então no Brasil um sistema de ensino cujos os objetivos sócio assistenciais se sobrepõem aos objetivos de aprendizagem.

O que motiva o setor empresarial é a necessidade de padronizar a educação e liberar o acesso ao conhecimento gradualmente, sempre em razão da mudança no estado da técnica, sem com isso perder o controle político e ideológico da escola. Para tal finalidade se organizam e assumem a direção do processo educativo, sendo necessário para isso desmoralizar o magistério e os profissionais da educação, além de privatizar as escolas e de sua administração.

Com a prevalência de critérios econômicos para definição de qualidade da educação, estabelecem um currículo baseado no conhecimento prático, em habilidades, competências, empregabilidade, eficiência, baixo custo, competitividade, e outros indicadores quantitativos de rendimento vinculados às necessidades do mercado, cria-se assim o modelo da escola como empresa, e do aluno como cliente.

Diante o exposto, entende-se que o interesse social na educação cumpre importante papel Constitucional ao instruir o cidadão para uma sociedade democrática, plural e livre. O papel da escola, deveria ser por excelência a escola da comunidade, para melhor servir os múltiplos e complexos interesses de cada uma delas, com organizações locais e o máximo de autonomia e independência, para torna-las representativas do meio em que se inserem. Na grande sociedade democrática, a escola deve ensinar ao cidadão a pensar com segurança, precisão e visão, em meio a uma civilização impessoal, dinâmica e extremamente complexa. Assim a função da educação é senão a criação de sujeitos da história, adaptados a suas respectivas conjunturas sociopolítica e cultural, para satisfação (social) do bem comum.

Por fim, a educação destaca-se pela busca da Justiça Social, proporcionada através do progresso intelectual, social e econômico daqueles que buscam no universo da educação, uma nova democracia.

Referências bibliográficas

ALVES, G. L. A Produção da Escola Pública Contemporânea. Campo Grande: Ed. UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.

BENTHAM, Jeremy. O panóptico. Título original: Panopticon. Traduções de Guaciara Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul. Paradíguas educacionais. Lisboa, Horizontes Pedagógicos, 1994, p.083-121.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 14ª Ed., Paz e Terra S/A. São Paulo, 2007.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução Daniela Beccaccia Versiani. 17ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier. 2000.

BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Texto original: "L'école conservatrice. Les inégalités devant l'école et l'aculture". Tradução. Aparecida Joly Gouveia. São Paulo. Cortez, 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 11 de outubro de 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 11 de outubro de 2016.

BRASIL. Decreto Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em 11 de outubro de 2016.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Título original: Lê Societé sontre l'Etat. Tradução: Theo Santigo. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1978.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade reformada. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de Educação: Desafio para uma educação igualitária e Federativa. Campinas, Educação e Sociedade, vol. 29, n.105, p. 1187-1209, set./dez. 2008.

ENGUITA, Mariano Fernandes. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Tradução. Tomaz Tadeu da Silva – Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx. Paris, 1975. Tradução Jorge Lima Barreto. Princípio Editora. São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Luiz C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. In: Educação e Sociedade, v.33, n.119, abr/jun 2012.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. Caderno 13: Maquiavel a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

IOSIF, R.G. Educação, pobreza e desigualdade no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2009.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LE GOFF, Jacques. História e memória da educação. Campinas. Editora Unicamp, 2003.

LENOIR, Yves. Do liberalismo ao neoliberalismo: impactos nas finalidades educativas escolares e nos saberes disciplinares. In: Lenoir, Y; Adiguzel, O. Lenoir, A; Libâneo, José C. Tupin, F. (Org) Les finalités éducatives scolaires Une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques. Saint Lambert (Quebec, Canadá): Group Éditions Éditeurs, 2016.

- LENOIR, Yves. O utilitarismo invade as ciências da educação, 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos. Considerações críticas sobre o documento “Diretrizes do Pacto pela educação: reforma educacional goiana. Goiânia, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das Políticas Educacionais e repercussões no funcionamento curricular e pedagógico das escolas. 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. Qualidade da Escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: CEPED Publicações, 2016.
- MARTINHO, Marcio Constantino. Luiz Alves de Mattos. Primórdios da educação no Brasil – o período heróico (1549 a 1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1958. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200009. Acesso em 22 de outubro de 2016.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.
- MATTOS, Luiz Alves de. Primórdios da educação no Brasil: o período heroico. (1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.
- MONASTA, Atilio. Antônio Gramsci. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2016.
- MONTEIRO, A. Reis. História da educação: do antigo direito de educação ao novo direito à educação. São Paulo. Cortez, 2006.

PACHECO, José A. MARQUES, Micaela. Governabilidade curricular: ação dos professores em contextos de avaliação externa. In: Olivira, Maria Rita N.S. (org). Professor: formação, saberes, problemas. Porto (Portugal): Editora Porto, 2014.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no Emílio de Rousseau. Rev. Educação e Pesquisa. [online]. 2007, vol. 33, n. 2, p. 323-333. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a10v33n2.pdf>.

PAIVA, Wilson Alves de. Da reconfiguração do homem: um estudo da ação político-pedagógica na formação do homem em Jean-Jacques Rousseau. Tese de doutoramento. USP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30072010-141045/pt-br.php>.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PETITAT, André. Produção da escola, produção da sociedade. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Tradução: Eunice Gruman. Porto Alegre. Artes Médicas, 1994.

PLATÃO. A República. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores). [L]
[SEP]

ROCHA, Maria Aparecia dos Santos. A educação pública antes da independência. Cadernos de Formação – História da Educação – 3. Ed. São Paulo: UNESP – PróReitoria de Graduação/Sant Clara Editora. 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São [L]
[SEP] Paulo: Nova Cultural, 1999a. (Coleção Os Pensadores – Rousseau 2).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: Nova Cultural, 1999b. (Coleção Os Pensadores – Rousseau 1). [L]
[SEP]

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emile e Sophie ou os solitários. Edição bilíngue (francês e português). Trad. Dorothee de Bruchard. Porto Alegre: Editora Paraula, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação. São Paulo: DIFEL, 1973.



SALINAS FORTES, Rousseau: o bom selvagem. São Paulo: FTD, 1989.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. História da História da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/saviani-histc3b3ria-da-histc3b3ria-da-educac3a7c3a3o-no-brasil-um-balanc3a7o-prc3a9vio-e-necessc3a1rio.pdf>. Acesso em 22 de outubro de 2016.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

ESPINOZA, Baruch. Tratado Político. Tradução, Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. Educação é um direito. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.70, n.166, 1989, p.435-462.

TEIXEIRA, Anísio. Educação Progressivista (uma introdução a Filosofia da Educação). São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Movimento Todos pela Educação. Por um salto de qualidade na educação básica. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-faz/>. Acesso em 20 de maio de 2017.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em:

https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm. Acesso em 22 de maio de 2017.

VILLALOBOS, João Eduardo. O problema dos valores na formação e no funcionamento do sistema educacional brasileiro. Revista Brasileira de estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 33, n. 76, p. 34-49, out-dez. 1959. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/591>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

XAVIER, Maria do Carmo. Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.